



BANCO
FIBRA

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente.**

Em 31 de dezembro de 2025

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às
Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Cenário Macroeconômico	6
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	10
Demonstrações financeiras	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025	22
Relatório do comitê de auditoria	49

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Fibra S.A. (Banco Fibra ou banco) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na Lei das Sociedades por Ações, e observam integralmente as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), bem como o modelo de apresentação estabelecido no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Desempenho Consolidado: Senhores Acionistas:

O Banco Fibra registrou Lucro Líquido de R\$ 153,6 milhões no exercício de 2025, o que representa um crescimento de 230% em relação ao exercício anterior. O LAIR atingiu R\$ 141 milhões, crescimento de 60% na comparação anual. Esse desempenho é reflexo do crescimento da carteira core, da redução do custo de *funding* e da disciplina na gestão das despesas, fatores que contribuíram para um ROAE contábil de 12% no período.

O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2025 em R\$ 1,3 bilhão, registrando uma evolução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao final do exercício de 2025 os ativos totais atingiram R\$ 22,4 bilhões. A Carteira de Crédito Expandida cresceu 8% na comparação anual, atingindo R\$ 11 bilhões. Destaca-se o crescimento de 60% no comparativo anual da Carteira Grupo. Essa carteira que é composta por clientes e fornecedores da cadeia produtiva do conglomerado CSN/Vicunha atingiu o saldo de R\$ 3 bilhões. A Carteira Corporate expandiu 10% e encerrou o exercício de 2025 com saldo gerencial de R\$ 5,3 bilhões. O segmento de Pequenas e Médias Empresas (PME) atingiu o saldo gerencial de R\$ 1,7 bilhões, ante R\$ 1,1 bilhão no exercício anterior. A Carteira de Reestruturação findou o exercício com saldo gerencial de R\$ 128 milhões, cresceu 26% no comparativo anual. A Carteira Tesouraria apresentou redução de 66% frente ao mesmo período do exercício anterior, encerrando o exercício em R\$ 767 milhões, em linha com a estratégia do Banco de substituir as operações de aquisição por ativos mais rentáveis

A qualidade da Carteira de Crédito manteve-se saudável ao longo de 2025. O Índice de Atrasos acima de 90 dias fechou o exercício de 2025 em 0,96%, nível compatível com o perfil de risco da base de clientes do banco e inferior à média de mercado. As operações classificadas nos Estágios 1 e 2 representaram 95,91% da Carteira de Crédito. A Despesa de Provisão Ampliada sobre a Carteira Expandida encerrou o exercício de 2025 em 2,54%, provisionamento aderente aos riscos observados, em linha com as diretrizes de perdas esperadas previstas na regulamentação vigente

A Receita Comercial Gerencial expandiu 7,60% na comparação anual, totalizando R\$ 433 milhões. Esse desempenho foi impulsionado pelo avanço do *cross-sell*, com destaque para a linha de Fee e Serviços que apresentou um crescimento expressivo de 94% e pela receita de Seguros que registrou um aumento de 119% no comparativo anual. As linhas de Câmbio e Derivativos também contribuíram positivamente, com altas de 33% e 26%, respectivamente.

No primeiro semestre de 2025, o banco estruturou a Fibra Energy, mesa dedicada ao setor de energia, uma iniciativa estratégica voltada à diversificação de receitas e ao aproveitamento de oportunidades neste mercado. A Fibra Energy encerrou o exercício de 2025 com resultado gerencial de R\$ 4 milhões.

O Banco Fibra mantém uma política rígida e conservadora de controle de custos. As Despesas de Pessoal, de Contingenciamento Fiscais, Trabalhista, Cível e Administrativa totalizaram R\$ 254 milhões representando aumento de 14% em relação ao mesmo período de 2024. Esse crescimento decorre de ajustes estruturais necessários para sustentar a expansão dos negócios, incluindo investimentos em tecnologia, reforço de equipes estratégicas e adequações relacionadas a contingências trabalhistas

A Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PDD) totalizou R\$ 279 milhões no exercício, representando alta de 64% na comparação anual. Esse aumento decorre da adoção da nova metodologia de cálculo de perda esperada, em conformidade com a Resolução CMN 966/2021.

A carteira mantém elevada qualidade, com 95,911% das operações enquadradas nos estágios 1 e 2 — sendo o estágio 1 responsável por 99,4% desse montante.

O estoque de Captação totalizou R\$ 14,5 bilhões, apresentou um incremento de 19% em relação ao ano anterior.

A captação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) representa 66% do *funding* total, enquanto a captação Internacional, que contempla operações de Trade Finance, aplicações de curto prazo e linhas colateralizadas, representou 22% do *funding* total.

O Banco Fibra encerrou o exercício de 2025 com um saldo emitido de R\$ 368 milhões de LCAs, de R\$ 186 milhões em Letras Financeiras Subordinadas e de R\$ 59 milhões em Letras Financeiras.

No âmbito da gestão de passivos, o banco manteve o foco na diversificação de vencimentos e na redução do custo médio de captação. O descasamento positivo entre ativos e passivos permaneceu saudável, com GAP de 327 dias no encerramento do exercício de 2025.

O Caixa Livre Gerencial totalizou R\$ 3,1 bilhões ao final de 2025, cresceu 131% na comparação anual. Parte deste montante foi constituído por CDBs com liquidez, Compromissadas e Depósitos à Vista. É importante destacar que essas fontes de *funding* possuem custo abaixo da Selic, sem impacto relevante no balanço do banco, o que permitiu preservar a rentabilidade e manter a disciplina de custos.

O Índice de Basileia encerrou exercício de 2025 em 10,7%, versus 11,3% no mesmo período do ano anterior.

Pessoas:

O Conglomerado Fibra encerrou o exercício de 2025 com 316 colaboradores, sendo 290 colaboradores do Banco Fibra, 18 na Fibra Corretora de Seguros, 6 na Fibra Asset e 2 colaboradores na fibra Energy.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, passaremos a divulgar o número total de colaboradores e o percentual de mulheres ao final de cada exercício. No âmbito da governança, o Conselho de Administração e o Comitê Executivo contam atualmente com 50% e 29% de mulheres, respectivamente. Os mesmos percentuais observados no exercício de 2024. Nos demais níveis organizacionais, o Banco Fibra possui 28% de mulheres em cargos de gestão e 47% em posições não gerenciais. Mantivemos o compromisso com a promoção da equidade de gênero, assegurando que pelo menos 50% das contratações realizadas sejam de profissionais do gênero feminino, meta que foi cumprida nestes 2 últimos anos. Como parte deste movimento, lançamos em 2025 o 2º Programa de Estágio afirmativo para mulheres pretas, no qual foram contratadas 15 estagiárias, reforçando nosso esforço contínuo de ampliar a participação feminina e desenvolver novas profissionais para o setor financeiro.

Rating:

Em agosto de 2025, a S&P alterou o rating local do banco Fibra de brBBB+ para br A-, perspectiva positiva. O rating internacional foi mantido em B-. A Fitch Ratings manteve sua classificação em BBB+ na escala nacional e B+ na escala global.

Governança Corporativa:

O Banco Fibra S.A é controlado diretamente pela Elisabeth S.A Indústria Têxtil, sendo que o controlador final do grupo econômico é o Espólio de Dorothea Steinbruch. O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração, aprovou a distribuição e pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 9 milhões. Estes dividendos foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025. Em relação à remuneração, considerando a média salarial dos colaboradores CLT, a média das mulheres representou 68% da média salarial dos homens em 2025, frente a 77% em 2024. Essa diferença decorre, principalmente, da maior concentração de mulheres em cargos de nível técnico.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano se inicia com um cisne negro passeando nas margens de um lago que estava aparentemente calmo. Essa imagem traz à tona o conflito geopolítico (o cisne negro) como o pior tipo de incerteza, suficiente para abalar fortemente o apetite global e local pelo risco (o lago de águas tranquilas) que prevalecia desde o início do ano passado, apesar de todos os sustos que as tarifas sobre as importações norte-americanas geraram.

O otimismo global e suas influências locais dominavam a valorização dos preços dos ativos financeiros, as expectativas de desacelerações da inflação (global e doméstica) e de reduções das taxas de juros, o que estimularia a retomada do crescimento mais equilibrado da atividade econômica. Mas, a eclosão e, mais importante, a duração relativamente mais longa do conflito geopolítico atual podem abalar preços dos ativos e a atividade econômica, acelerar a inflação, interromper os planos dos bancos centrais de redução dos juros básicos e, acima de tudo, ceifar a vida de milhares de inocentes. Não há pior forma de manifestação de incerteza do que essa. Portanto, essa seção se inicia com as ponderações econômicas necessárias à tentativa de mapeamento de riscos não parametrizáveis, estranhos como o cisne negro no meio de um lago que era relativamente tranquilo.

As considerações econômicas começam com o âmbito externo. O segundo semestre de 2025 foi marcado pela ampliação das tarifas recíprocas (globalmente) sobre os produtos agrícolas, commodities, bens manufaturados e semimanufaturados importados pelos EUA. Os desdobramentos sobre a inflação norte-americana apareceram nos índices de inflação ao consumidor principalmente em outubro, atingindo a leitura anual de 3,43% e atrapalhando o objetivo do Banco Central norte-americano (Fed) de levar a

inflação o mais próximo possível de 2% em 2026. Apesar de a inflação anual ao consumidor ter cedido rapidamente para 3,0% em dezembro e 2,83% em janeiro passado, os recados de vários membros do comitê norte-americano de política monetária (FOMC) para os investidores em renda fixa nos EUA têm sido cautelosos e conservadores quanto à condução da política monetária. Eles sinalizam a taxa básica de juros (Fed Funds Rate, FFR) em 3,5% no fim do ano, em linha com a taxa atual e acima dos 3,0% precificados na curva de juros em dezembro passado. É verdade que a Suprema Corte norte-americana julgou a incidência de tarifas em abril e agosto/25 inconstitucional, mas as brechas constitucionais ainda permitem tarifas globais lineares de até 15% entre países exportadores para os EUA, o que pode influenciar a inflação norte-americana a permanecer acima de 2,5% até o meio do ano. Ao se adicionar a esse quadro a significativa deterioração atual do contexto geopolítico, principalmente no Oriente Médio e particularmente no Oriente Próximo, e a consequente alta do preço internacional do petróleo (tipo Brent) para patamares acima de 90 dólares/barril, podendo atingir mais de 100 dólares/barril, as perspectivas para a inflação norte-americana ao consumidor podem deteriorar rumo a pelo menos 3% ao ano, o que manteria a FFR em 3,5% até o 1T27.

Os efeitos sobre o Brasil advindos do difícil contexto externo tarifário, mesmo com tarifas médias sobre as exportações brasileiras para os EUA menores em 2026 (10%) ante 2025 (38%), e principalmente do conflito geopolítico atual começam pela elevação dos custos de energia (por conta da alta do preço do barril de petróleo Brent de USD 71,00 para USD 90,00), de logística, seguros, multas por atraso na entrega das exportações (caso das carnes) e desvalorização cambial. Os aumentos de custos podem levar as perspectivas para a variação do IPCA em 2026 de 3,91% (ante 3,99% no final de dezembro/25) para pelo menos 4,3%, atrapalhando as expectativas de queda da Selic em 2026 (embutidas no ramo de 1 ano da curva de juros futuros), as quais podem passar de 12% há duas semanas para 13% a 13,5% no curto prazo. O cenário de suspensão do apetite global e local pelo risco e, principalmente, de eventual diminuição do ritmo esperado de minoração da Selic frustra as expectativas empresariais, as quais já estavam deprimidas em função do esfriamento da atividade econômica desde abril do ano passado. O próprio desaquecimento do PIB brasileiro, ao arrefecer no 4T25 e no 3T25 em relação ao 2T25 e, mais acentuadamente, ante o 1T25 mostra (em parte) as consequências contrativas da Selic em 15% por período bastante prolongado.

A retração trimestral do PIB, mesmo que marginal entre o segundo e quarto trimestre do ano passado, segue a queda mensal (dessazonalizada) das vendas no varejo, da produção industrial e da produção de serviços desde abril/25. De fato, a variação da média móvel trimestral da produção da indústria manufatureira passou de 0,38% em março/25 para -0,42%, 0,08% e -0,80% em junho, setembro e dezembro/25, respectivamente. O abrandamento da produção industrial acompanhou a desaceleração da demanda final, evidenciada pela atenuação das vendas no varejo restrito, as quais não incluem os segmentos mais dependentes do crédito, como vendas de automóveis e materiais de construção. Esse resultado pode ser constatado pela variação da média móvel trimestral do indicador de varejo restrito, o qual saiu de 0,46% em março do ano passado para -0,23% e -0,06% em junho/25 e setembro/25, respectivamente. É verdade que houve recuperação de fôlego no varejo restrito no último trimestre de 2025 ao registrar crescimento de 0,32%, mas isso se deve ao efeito temporário tanto do desemprego dessazonalizado muito baixo no 4T25, atingindo 5,4% em dezembro, quanto da massa real de salários em patamares recordes. A força dessas duas variáveis foi suficiente para sustentar as vendas em novembro (Black Friday) e dezembro (por conta do Natal). No entanto, é bastante provável que a Selic elevada, acima de 12% no final do ano, continue amenizando a atividade, principalmente a produção industrial manufatureira, por meio da alta do juro médio final sobre empréstimos, especialmente para a pessoa física (PF), e o consequente aumento da inadimplência da PF.

O fato é que o enfraquecimento e queda das vendas no varejo e da produção industrial de bens de consumo duráveis (mais dependentes do crédito à PF) e não duráveis (mais dependentes da renda real pessoal) poderiam ser mais expressivos se não fosse a taxa de desemprego (dessazonalizada) em seu patamar mais baixo, igual a 5,4% em dezembro/25, desde o início da série em março/12. Entretanto, o mercado de trabalho já mostra claros sinais de desaceleração por meio da estabilização da população ocupada (PO). Em outras palavras, o desemprego mantém o curso de queda mais por conta da diminuição da população economicamente ativa (PEA) do que pela acomodação da PO a partir do 2S25. O quadro de desaquecimento da atividade econômica é suficiente para que o hiato do produto, que é a diferença entre o produto efetivo e a produção potencial (como proporção do produto potencial), continue moderando, tornando-se eventualmente negativo no 2S26 (na visão do Banco Central). Esse é o contexto ideal para que a inflação anual continue caindo rumo à nossa projeção de 3,7% em 2026 e 3,5% em 2027 e para que a Selic seja minorada para 12% a 12,5% (nossa projeção) no final do ano.

Entretanto, como mencionamos no início dessa seção, os contextos de tarifas elevadas sobre as importações norte-americanas e, principalmente, a elevação de custos operacionais e financeiros associados ao acirramento e duração do conflito geopolítico geram a suspensão, mesmo que temporária, do otimismo global e local. O apetite disseminado pelo risco estimulava a valorização das cestas de moedas e do real ante o USD, com o câmbio brasileiro atingindo a mínima de USD/R\$5,12 em 27/02, a valorização geral dos preços dos ativos e a queda tanto dos juros de mercado quanto das expectativas de reduções das taxas básicas de juros no mundo desenvolvido, emergente e no Brasil, em particular. É razoável que indefinições e intempéries financeiras surjam no meio do caminho do apetite global pelo risco, mas o conflito geopolítico que se avoluma atualmente traduz o pior tipo de incerteza disruptiva do otimismo empresarial que se encontra escondido desde o final de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Fibra S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Banco Fibra S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras as referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 10, “Carteira de crédito por nível de riscos e provisionamento”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 277.550 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e consequentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; e **(vi)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes

(Conforme Nota Explicativa nº 24, “Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2025 a Instituição possuía o montante de R\$ 582.822 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 637.780 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com a Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Consideramos a mensuração e avaliação destes como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e avaliação dos passivos contingentes foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 23b, “Créditos Tributários”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.204.509 mil no consolidado referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução nº 3.059/02 alterada pela Resolução nº 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 19b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração e no Relatório do Comitê de Auditoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Balanço Patrimonial**

(Em milhares de reais)



	Notas Explicativas	Banco 2025	Consolidado 2025
Disponibilidades	4	243.456	243.500
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		497.306	512.934
Títulos e valores mobiliários	6.a	351.990	353.984
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	145.316	158.950
Ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes		324.840	324.840
Títulos e valores mobiliários	6.a	324.840	324.840
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		19.843.343	19.877.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	540.758	540.758
Títulos e valores mobiliários	6.a	10.911.830	10.911.830
Operações de crédito	8	7.234.145	7.234.145
Outros ativos financeiros	9	1.156.610	1.190.406
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10	(277.550)	(277.550)
Outros ativos	11	404.337	475.001
Ativos fiscais diferidos	23.b	1.192.128	1.204.509
Investimentos		145.187	11.062
Participações em controladas	12.a	134.125	-
Outros Investimentos	12.b	11.062	11.062
Imobilizado		9.149	9.162
Imobilizado de uso		16.924	16.924
(Depreciação acumulada)		(7.775)	(7.762)
Intangível	12.c	27.821	27.821
Ativos intangíveis		64.551	64.551
(Amortização acumulada)		(36.730)	(36.730)
TOTAL DO ATIVO		22.410.017	22.408.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Banco 2025	Consolidado 2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		93.028	93.028
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	93.028	93.028
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		20.319.411	20.283.203
Depósitos	14	13.431.760	13.395.552
Captações no mercado aberto	15	5.566.799	5.566.799
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	428.066	428.066
Obrigações por empréstimos e repasses	17	512.377	512.377
Dívidas subordinadas	18	185.756	185.756
Outros passivos financeiros	19	194.653	194.653
Outros passivos		704.847	734.423
Provisões	20.a	631.726	653.728
Obrigações fiscais diferidas	20.b	29.798	34.004
Outros passivos	20.c	43.323	46.691
TOTAL DO PASSIVO		21.117.286	21.110.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.292.731	1.297.764
Capital social		1.207.777	1.207.777
Reservas de capital		4.326	4.326
Reservas de lucros		87.874	87.874
Outros resultados abrangentes		(7.246)	(7.246)
Participação de acionistas não-controladores		-	5.033
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.410.017	22.408.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		2º semestre /2025	Exercício/2025	2º semestre /2025	Exercício/2025
Receitas da intermediação financeira		890.047	1.780.329	903.800	1.794.082
Operações de crédito		234.098	477.410	234.098	477.410
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		602.180	1.145.056	602.300	1.145.176
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio		47.033	144.299	60.666	157.932
Resultado das aplicações compulsórias		6.736	13.564	6.736	13.564
Despesas da intermediação financeira		(1.002.854)	(1.988.071)	(1.001.679)	(1.986.327)
Operações de captação de mercado		(909.700)	(1.910.769)	(908.525)	(1.909.025)
Operações de empréstimos e repasses		(20.281)	(34.099)	(20.281)	(34.099)
Resultado de operações com venda ou de transferência de ativos financeiros		(1.625)	(7.527)	(1.625)	(7.527)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(71.248)	(35.676)	(71.248)	(35.676)
Resultado bruto da intermediação financeira		(112.807)	(207.742)	(97.879)	(192.245)
Outras receitas (despesas) operacionais		112.574	269.282	105.094	250.827
Receita de prestação de serviços		28.010	75.936	46.953	111.098
Despesas de pessoal		(76.071)	(140.483)	(79.353)	(145.933)
Despesas administrativas	22.a	(60.992)	(120.806)	(64.099)	(126.455)
Despesas tributárias		(11.481)	(25.745)	(25.464)	(40.719)
Resultado de participações em controladas	12.a	19.142	40.655	-	-
Resultado de outros investimentos	12.b	3.818	3.818	3.818	3.818
Outras receitas operacionais	22.b	280.594	565.767	405.531	690.725
Outras despesas operacionais	22.c	(70.446)	(129.860)	(182.292)	(241.707)
Resultado operacional		(233)	61.540	7.215	58.582
Resultado não operacional	22.d	93.265	112.800	93.265	112.800
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		93.032	174.340	100.480	171.382
Provisões sobre participações no resultado		(18.146)	(29.341)	(18.146)	(30.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		74.886	144.999	82.334	141.382
Imposto de renda e contribuição social	23.a	36.657	8.540	29.242	12.190
Provisão para imposto de renda		61.846	59.910	60.155	58.210
Provisão para contribuição social		(16.318)	(18.362)	(16.930)	(18.980)
Passivo fiscal diferido		(8.871)	(33.008)	(13.983)	(27.040)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		111.543	153.539	111.576	153.572
Atribuível aos acionistas controladores		111.543	153.539	111.543	153.539
Atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	33	33
Resultado líquido por ação - R\$		0,0176	0,0242	0,0176	0,0242

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco		Consolidado	
	2º semestre /2025	Exercício/2025	2º semestre /2025	Exercício/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	111.543	153.539	111.576	153.572
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	4.534	28.934	4.534	28.934
Efeitos tributários	(2.046)	(13.025)	(2.046)	(13.025)
Variação em outros resultados abrangentes	2.488	15.909	2.488	15.909
Total do resultado abrangente do exercício	114.031	169.448	114.064	169.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco e Consolidado									
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízo s) acumulados	Participação de não controladores	Total
				Reserva legal	Reserva de expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.207.777	4.326	3.161	60.083	(23.155)	-	-	1.252.192
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.a	-	-	-	-	-	(119.908)	-	(119.908)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025		1.207.777	4.326	3.161	60.083	(23.155)	(119.908)	-	1.132.284
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	13.421	-	-	13.421
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	41.995	-	41.995
Destinação:									
Reserva legal	21.b	-	-	2.100	-	-	(2.100)	-	-
Reserva para expansão		-	-	-	39.895	-	(39.895)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025		1.207.777	4.326	5.261	99.978	(9.734)	(119.908)	-	1.187.700
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	2.488	-	-	2.488
Dividendos	21.c	-	-	-	(9.000)	-	-	-	(9.000)
Participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	5.000	5.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	111.543	33	111.576
Destinação:									
Reserva legal	21.b	-	-	5.577	-	-	(5.577)	-	-
Reserva para expansão		-	-	-	(13.942)	-	13.942	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.207.777	4.326	10.838	77.036	(7.246)	-	5.033	1.297.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	2º semestre /2025	Banco Exercício/2025	2º semestre /2025	Consolidado Exercício/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		158.076	185.991	182.366	220.717
Lucro do semestre/exercício		111.543	153.539	111.576	153.572
Ajustes ao resultado:		46.533	32.452	70.790	67.145
Constituição/reversão para perdas com bens não de uso próprio		(18.579)	(18.781)	(18.579)	(18.781)
Depreciação e amortização	22.a	5.465	11.113	5.468	11.119
Resultado de participações em controladas	12.a	(19.142)	(40.655)	-	-
Resultado de outros investimentos	12.b	(3.818)	(3.818)	(3.818)	(3.818)
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito		71.248	35.676	71.248	35.676
Tributos diferidos		8.871	33.008	13.983	27.040
Outros resultados abrangentes		2.488	15.909	2.488	15.909
Variação de ativos e passivos		(350.135)	(85.069)	(416.424)	(152.996)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(5.236)	(15.548)	(5.236)	(15.548)
Títulos e valores mobiliários		(2.470.555)	(2.803.151)	(2.472.551)	(2.805.145)
Instrumentos financeiros derivativos (ativo/passivo)		97.286	228.833	83.652	215.199
Operações de crédito		1.462.517	749.079	1.462.539	749.079
Relações interfinanceiras e interdependências (ativo/passivo)		-	-	-	-
Outros ativos financeiros		331.037	471.467	298.582	438.559
Outros ativos		(124.737)	(111.728)	(195.363)	(182.346)
Ativos fiscais diferidos		(43.611)	(84.519)	(47.820)	(90.532)
Depósitos		569.193	1.948.187	598.193	1.976.969
Captações no mercado aberto		(543.465)	(901.404)	(543.465)	(901.404)
Recursos de aceites e emissão de títulos		116.257	235.946	116.257	235.946
Obrigações por empréstimos e repasses		247.767	193.933	247.767	193.933
Provisões		29.222	41.390	50.828	63.192
Outros Passivos Financeiros		(9.288)	(91.030)	(13.245)	(91.947)
Outros passivos		(6.522)	53.476	3.438	61.049
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades operacionais		(192.059)	100.922	(234.058)	67.721
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		-	8.817	-	-
Aumento de capital em controladas		(37.000)	(37.000)	-	-
Participação de acionistas não-controladores		-	-	5.000	5.000
Aquisição/ redução de imobilizado de uso		(1.147)	(1.585)	(1.146)	(1.584)
Aquisição/ redução de intangível		(6.983)	(10.709)	(6.983)	(10.709)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento		(45.130)	(40.477)	(3.129)	(7.293)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de dívidas elegíveis a capital		(101.572)	(97.613)	(101.570)	(97.613)
Dividendos pagos	21.c	(9.000)	(9.000)	(9.000)	(9.000)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento		(110.572)	(106.613)	(110.570)	(106.613)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(347.761)	(46.168)	(347.757)	(46.185)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		1.116.427	814.834	1.116.467	814.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	768.666	768.666	768.710	768.710

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) é uma instituição financeira autorizada a operar como Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte), Pinheiros, São Paulo-SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrante no mercado financeiro, sendo que determinadas transações envolvem a participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

O Banco Fibra S.A é controlado diretamente pela Elisabeth S.A Indústria Têxtil, sendo que o controlador final do grupo econômico é o Espólio de Dorothea Steinbruch. O Banco Fibra é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen).

O Banco Fibra tem como política de proteger o seu patrimônio líquido contra os efeitos das variações cambiais decorrentes do seu investimento realizado na agência em Grand Cayman (*full-branch*). Para isso, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante considerado suficiente para neutralizar os impactos no resultado do período.

O Banco Fibra é uma instituição financeira com atuação no segmento B2B, voltada para os setores Corporate, Agronegócio e Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Fundado em 1988, o Banco desenvolve soluções financeiras com foco em agilidade, segurança e conhecimento técnico, mantendo relacionamento pautado pela confiança e transparência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais (Banco) e consolidadas do Banco Fibra (Consolidado), que incluem sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif). Adicionalmente, foram aplicados os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo CMN ou pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras do Banco Fibra estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Fibra, suas controladas e sua agência no exterior, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.524/16. As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais no momento do reconhecimento inicial, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. As variações cambiais decorrentes dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado do exercício.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeira individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 16 de março de 2026.

a. Novas Normas Contábeis e Alterações Normativas Aplicáveis**I - Aplicáveis para o exercício Findo em 31 de dezembro de 2025**

Em 1º de janeiro de 2025, o Banco Fibra adotou a Resolução CMN nº 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. Conforme previsto no artigo 79 da referida Resolução, o Banco optou por dispensar a apresentação dos valores comparativos dos períodos anteriores nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O efeito da adoção inicial foi reconhecido no Patrimônio Líquido pelo valor de R\$ 119.908 (débito), líquido de efeitos tributários

a) Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros**(i) Avaliação do modelo de negócios**

A classificação e mensuração dos ativos financeiros são realizadas com base no modelo de negócios adotado para sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou
- manter os ativos para negociação.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(ii) Avaliação dos fluxos de caixa contratuais quanto à exclusividade de pagamento de principal e juros (Teste SPPI)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios voltado para receber os fluxos de caixa contratuais ou para receber os fluxos de caixa contratuais e venda, é necessário realizar o teste de SPPI.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Para que esse critério seja atendido, os fluxos de caixa devem refletir apenas a remuneração pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado.

(iii) Mensuração ao Custo Amortizado (CA)

Um ativo financeiro, desde que não designado para mensuração ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, será mensurado ao custo amortizado quando forem atendidas simultaneamente as seguintes condições:

- O ativo é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento financeiro preveem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iv) Mensuração de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Ativos financeiros administrados com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros, e também por meio da venda, são classificados nesta categoria, desde que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido em modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto por meio do recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda, com transferência substancial de riscos e benefícios;
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica Outros resultados abrangentes.

(v) Mensuração de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

Ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(vi) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado ou designados como tal. Nesses casos, aplicam-se as seguintes classificações:

- Derivativos que representem passivos financeiros, os quais devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros originados em operações de empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos decorrentes da transferência de ativos financeiros VJR, não qualificados para baixa;
- Garantia financeira mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, deduzido do valor acumulado da receita reconhecida, conforme regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(vii) Taxa de Juros Efetiva (TJE)

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos futuros estimados de recebimentos ou pagamentos de caixa ao longo da vida esperada de um ativo ou passivo financeiro, de forma a igualá-los ao valor contábil bruto do ativo financeiro (isto é, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para perdas) ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2025, foram reconhecidos com base no método da taxa de juros efetiva. As operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuam sendo reconhecidas pela taxa contratual, conforme a vigência dos contratos.

(viii) Provisão para perda esperadas

A mensuração da provisão para perdas esperadas segue os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023, considerando perdas incorridas em instrumentos financeiros, tanto para operações adimplidas quanto inadimplidas, conforme disposto no artigo 76. A norma exige a aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a constituição de provisão adicional conforme o tipo de carteira e os percentuais mínimos exigidos.

Os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5, de acordo com as características das operações de crédito e das garantias prestadas, conforme previsto no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023. Essa classificação reflete o grau de risco das operações e tem como principal finalidade orientar o cálculo da provisão mínima exigida.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, são incorporadas à mensuração da provisão as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Essas perdas decorrem de um ou mais eventos identificáveis ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados, desde que possam ser mensurados de forma confiável.

Ainda segundo a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, conforme a evolução do risco de crédito:

Estágio 1: Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito, em curso normal ou com atraso inferior a 30 dias no pagamento. As perdas de crédito esperadas são registradas para os próximos 12 meses.

Estágio 2: Ativos com aumento significativo no risco de crédito, mas sem evidencia de perda. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Inadimplência (PD) inicial e a PD corrente.

Estágio 3: Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(ix) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias custo amortizado, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria valor justo através de outros resultados abrangentes, bem como riscos e compromissos contingentes.

O modelo de perda de crédito esperada adotado pelo Banco Fibra está fundamentado na construção de cenários de perda, considerando as características dos produtos e sua classificação nos respectivos estágios de risco. A mensuração é realizada com base nos seguintes parâmetros:

PD (Probabilidade de Inadimplência)
LGD (Perda Dada a Inadimplência)
EAD (Exposição a perda/saldo da operação)

O cálculo da perda esperada utiliza esses parâmetros de forma integrada, podendo haver distinções metodológicas entre instrumentos com limite rotativo (a consumir) e instrumentos com amortização parcelada.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados, o Banco aplica sua experiência na construção de modelos internos, utilizados tanto para fins regulatórios quanto para suporte à gestão de risco e tomada de decisão.

(xi) Baixa do Ativo Financeiro

A baixa de um ativo financeiro é realizada quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando esses direitos são transferidos juntamente com substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo.

Dado os estudos realizados pelo Banco Fibra, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 360 de atraso, exceto a carteira C4 que é baixada com 270 dias de atraso.

(xii) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada ao valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro das operações: As operações de compra e venda de moeda estrangeira devem ser registradas de forma segregada, conforme sua natureza (própria ou de clientes) observando o princípio da competência e refletindo o valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Bacen.

As alterações visam alinhar as normas contábeis e tributárias, buscando reduzir distorções associadas ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos nos balanços das instituições financeiras.

(i) Principais disposições da nova legislação:

A partir de 1 de janeiro de 2025, as Instituições Financeiras passaram a deduzir, na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas nas operações de créditos: (1) inadimplidas e (2) com pessoa jurídica (PJ) em processo falimentar ou em recuperação judicial, com base em uma nova dinâmica:

1) A operação será considerada inadimplida e passível de dedução fiscal após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou encargos, independentemente da data de contratação.

A perda dedutível será apurada mensalmente, limitada ao valor total do crédito, conforme a seguinte regra:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês de inadimplência;
- Soma do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, também sobre o valor total do crédito;
- Subtração dos valores já deduzidos em períodos anteriores.

2) O valor da perda dedutível com PJ em processo falimentar ou em recuperação judicial será:

- Recuperação Judicial: a parcela do valor do crédito que exceder o montante que o devedor tenha se comprometido a pagar;
- Falência: valor total do crédito

(ii) Encargos financeiros

• Devem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros reconhecidos como receita após a decretação de falência ou deferimento da recuperação judicial.

• Caso esses encargos se tornem disponíveis dentro do período legal, devem ser adicionados à base de cálculo.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Recuperação de créditos

• Os valores recuperados, mesmo que por meio de pagamento indireto ou arresto de bens em garantia, devem ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independentemente do período ou natureza da recuperação.

(iv) Perdas não dedutíveis

Não serão dedutíveis as perdas em operações de crédito realizadas com:

- Controladores (PJ ou Pessoas Físicas - PF), diretores, membros de órgãos estatutários ou contratuais, e seus parentes até segundo grau;
- PF com participação societária direta ou indireta igual ou superior a 15%;
- PJ coligadas, controladas ou com controle operacional efetivo, mesmo sem participação societária relevante;
- Operações com residentes ou domiciliados no exterior.

(v) Regra de Transição

• As operações inadimplidas antes da vigência da nova lei, e que ainda não tenham sido deduzidas (Estoque), serão excluídas do lucro líquido, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, a partir de janeiro de 2026, na proporção de 1/84 ou 1/120 por mês, conforme opção a ser realizada pelo Banco Fibra até o final de 2025.

• Informações adicionais sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão detalhadas na Nota Explicativa 19.b

Por fim, especificamente para o ano de 2025, as Instituições Financeiras estão proibidas de deduzir as perdas incorridas no ano em montante superior ao Lucro Real do exercício, antes de computada essa dedução. O montante não deduzido em decorrência desta regra deverá ser adicionado ao Estoque, que passará a ser deduzido em 2026, na proporção escolhida pelo Banco Fibra ao final de 2025.

(vi) - Aplicáveis a partir ou após 1 de janeiro de 2026**I - Resolução CMN nº 5.185/2024**

A Resolução CMN nº 5.185/2024 estabelece a adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), especificamente o CBPS 01 e o CBPS 02, que tratam da divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

O Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade deverá compor parte integrante das demonstrações financeiras das instituições obrigadas. Está regulação entrará em vigor a partir do exercício de 2026.

II - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Fibra está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

III - Resolução CMN nº 4.966/2021 - *Hedge Accounting* e Renegociação e Reestruturação**Hedge Accounting**

Os requisitos de *hedge accounting* visam refletir, nas demonstrações financeiras, os efeitos da gestão de riscos adotada pela instituição, por meio da utilização de instrumentos financeiros para mitigar exposições que impactam o resultado da entidade.

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Está regulação entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2027.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos contábeis determinam que, para fins de apuração do valor contábil de operações reestruturadas, o saldo deve ser reavaliado de forma a refletir o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

No caso de renegociação de instrumentos financeiros que não se caracterize como reestruturação, a instituição deve reavaliar o ativo com base nas novas condições contratuais pactuadas.

Até 31 de dezembro de 2026, é facultado às instituições o uso da taxa de juros efetiva repactuada para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa reestruturados. O Banco optou por essa faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme os termos renegociados.

A Administração ainda está avaliando os possíveis impactos decorrentes da adoção das respectivas novas normas.

(vii) - Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante da conversão do PLP nº 68/2024, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo. Referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS).

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, oriunda do PLP nº 108/2024, que trata da criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS), estabelecendo regras gerais relacionadas à sua governança, administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A referida norma também definiu as alíquotas do IBS e da CBS aplicáveis aos serviços financeiros no período de 2027 a 2033, prevendo elevação gradual de 10,85% para 12,50%.

Adicionalmente, para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução gradual da alíquota de 2,0% para 1,2%.

O Banco Fibra segue acompanhando de forma contínua a evolução da regulamentação da Reforma Tributária, bem como aguarda a publicação das normas infralegais e regras complementares a serem emitidas pela Receita Federal do Brasil e pelo CGIBS, que serão essenciais para a plena operacionalização do novo modelo tributário. Até o momento, não é possível mensurar de forma confiável os impactos financeiros e operacionais decorrentes dessas alterações, os quais dependerão da regulamentação complementar e da definição dos procedimentos de implementação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Participação em Controladas

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Fibra S.A., sua dependência no exterior, empresas controladas e dos fundos de investimentos:

Controladas Diretas	Atividade	Participação
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	99,999%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Fibra Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia elétrica	99,999%

Fundos de investimento incluídos na consolidação, sobre os quais o Banco Fibra exerce controle	Participação
Fibra Golem d360 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiros Multimercado CR	100,00%
Exa Terras Brasil I FI nas Cadeias Produtivas do Agronegócio - FIAGRO	75,00%

Influência Significativa		
Núclea S.A	Outras	0,60%

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram eliminados os saldos e os resultados das transações entre o Banco Fibra e suas controladas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de operações entre as entidades do grupo.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas com base no regime de competência. Os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base “pro-rata” dia.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento original igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação, que estejam sujeitas a risco insignificante de alteração no valor justo (Notas 4 e 5).

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. Quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base “pro-rata” dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (Nota 5).

f. Bens não destinados a uso

Os bens recebidos em dação de pagamento, decorrentes da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica Outros Valores e Bens. Para esses ativos, são constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

g. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões incidentes sobre captação de Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra Financeira (LF), sendo controladas individualmente por contrato. As comissões são apropriadas ao resultado, conforme com o prazo de vigência dos respectivos contratos.

h. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em controladas são inicialmente reconhecidas pelo valor de aquisição e, subsequentemente, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados apurados são reconhecidos na rubrica de resultado de participações em controladas. Os demais investimentos são mensurados pelo custo de aquisição, ajustado ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 12.a).

i. Imobilizado e intangível

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:

- Veículos e sistema de computação - 20% ao ano;
- Instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10% ao ano;
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – a depreciação é calculada com base no prazo de vigência dos respectivos contratos de aluguel;
- O ativo intangível corresponde, principalmente, aos gastos com desenvolvimento de sistemas, os quais são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano, ao longo do período estimado de geração de benefícios econômicos futuros.

j. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

k. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos)

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica Ativos fiscais diferidos.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica Obrigações fiscais diferidas.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 23.a.

l. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais foram efetuados para o período findo em 31 de dezembro de 2025, baseadas nos critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (Nota 24).

Provisões para riscos: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e

Depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

m. Passivo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

n. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências, valorização, desvalorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e definição de vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

o. Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: A aplicação destes julgamentos pode resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o Banco Fibra acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Inclui instrumentos financeiros cujos preços são cotados em mercados ativos, com elevada liquidez, para ativos ou passivos idênticos. A carteira classificada neste nível é composta por títulos públicos federais, derivativos listados e outros ativos negociados em mercados organizados.

Nível 2: Refere-se a instrumentos financeiros cujo valor justo é determinado com base em dados observáveis, porém não provenientes de preços cotados de ativos idênticos. A mensuração é realizada por meio de plataformas de precificação reconhecidas no mercado, utilizando curvas de juros, spreads de crédito e ratings de contraparte que reflitam a qualidade creditícia dos emissores. Os derivativos de balcão são precificados com base nas curvas e preços disponibilizados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Os títulos privados são avaliados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros livres de risco acrescidas de spreads de crédito.

Nível 3: Compreende ativos e passivos cujo valor justo é mensurado com base em premissas não observáveis, devido à baixa liquidez ou ausência de mercado ativo. A entidade utiliza modelos internos de avaliação, fundamentados em premissas conservadoras e informações disponíveis que sejam consideradas confiáveis. São classificados neste nível os títulos privados que apresentam alterações significativas no risco de crédito ou cuja negociação no mercado é substancialmente limitada.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banco	Consolidado
	2025	2025
	Custo	Custo
Disponibilidades ⁽¹⁾	243.456	243.500
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽²⁾	525.210	525.210
Aplicações no Mercado Aberto	275.000	275.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.093	30.093
Aplicações em Moedas Estrangeiras	220.117	220.117
Total de Caixa e equivalentes de caixa	768.666	768.710

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco		
	2025		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
			Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	525.210	15.548	-
Aplicações no Mercado Aberto	275.000	-	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	275.000	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.093	15.548	-
Certificados de depósitos interfinanceiros	30.093	4.543	-
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	11.005	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	220.117	-	-

	Consolidado		
	2025		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
			Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	525.210	15.548	-
Aplicações no Mercado Aberto	275.000	-	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	275.000	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.093	15.548	-
Certificados de depósitos interfinanceiros	30.093	4.543	-
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	11.005	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	220.117	-	-

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários

a1. Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de mercado e custo.

Banco							
2025							
Abertura por vencimento							
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Nível	Valor do Custo	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos públicos		7.253.111	7.249.216	-	-	1.225.817	6.023.399
Letras do tesouro nacional - LTN	1	275.040	275.040	-	-	-	275.040
Notas do tesouro nacional - NTN ⁽¹⁾	1	6.978.071	6.974.176	-	-	1.225.817	5.748.359
Títulos privados		3.662.614	3.662.614	-	104.177	333.709	3.224.728
Certificado de produto rural - CPR	2	373.979	373.979	-	40.430	229.997	103.552
Debêntures	2	541.633	541.633	-	-	37.262	504.371
Títulos no exterior ⁽²⁾ (Nota 13)	2	1.537.538	1.537.538	-	26.405	3.852	1.507.281
Letra Financeira - LF	2	130.257	130.257	-	-	-	130.257
Nota Comercial	2	973.057	973.057	-	37.342	62.598	873.117
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	2	26.450	26.450	-	-	-	26.450
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	57.082	57.082	-	-	-	57.082
CDI - Certificado de depósitos interbancário	2	22.618	22.618	-	-	-	22.618
Total		10.915.725	10.911.830	-	104.177	1.559.526	9.248.127

Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros	Nível	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos públicos		271.262	266.779	-	-	180.868	85.911
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	180.812	180.868	-	-	180.868	-
Notas do tesouro nacional - NTN	1	90.450	85.911	-	-	-	85.911
Títulos privados		63.358	58.061	-	1.034	-	57.027
Títulos no exterior	1	63.358	58.061	-	1.034	-	57.027
Total		334.620	324.840	-	1.034	180.868	142.938

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Nível	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos no exterior	1	31.361	314	-	-	-	314
Cotas de fundos de investimentos em direitos	1	244.943	277.995	277.995	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	1	52.759	73.681	73.681	-	-	-
Total		329.063	351.990	351.676	-	-	314

Total da Carteira		11.579.408	11.588.660	351.676	105.211	1.740.394	9.391.379
-------------------	--	------------	------------	---------	---------	-----------	-----------

Consolidado							
2025							
Abertura por vencimento							
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Nível	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos públicos		7.253.111	7.249.216	-	-	1.225.817	6.023.399
Letras do tesouro nacional - LTN	1	275.040	275.040	-	-	-	275.040
Notas do tesouro nacional - NTN ⁽¹⁾	1	6.978.071	6.974.176	-	-	1.225.817	5.748.359
Títulos privados		3.662.614	3.662.614	-	104.177	333.709	3.224.728
Certificado de produto rural - CPR	2	373.979	373.979	-	40.430	229.997	103.552
Debêntures	2	541.633	541.633	-	-	37.262	504.371
Títulos no exterior	2	1.537.538	1.537.538	-	26.405	3.852	1.507.281
Letra Financeira - LF	2	130.257	130.257	-	-	-	130.257
Nota Comercial	2	973.057	973.057	-	37.342	62.598	873.117
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	2	26.450	26.450	-	-	-	26.450
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	57.082	57.082	-	-	-	57.082
CDI - Certificado de depósitos interbancário	2	22.618	22.618	-	-	-	22.618
Total		10.915.725	10.911.830	-	104.177	1.559.526	9.248.127

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Nível	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos públicos		271.262	266.779	-	-	180.868	85.911
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	180.812	180.868	-	-	180.868	-
Notas do tesouro nacional - NTN	1	90.450	85.911	-	-	-	85.911
Títulos privados		63.358	58.061	-	1.034	-	57.027
Títulos no exterior	1	63.358	58.061	-	1.034	-	57.027
Total		334.620	324.840	-	1.034	180.868	142.938

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Nível	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos no exterior	1	31.361	314	-	-	-	314
Cotas de fundos de investimentos em direitos	1	244.943	277.995	277.995	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	1	54.754	75.675	75.675	-	-	-
Total		331.058	353.984	353.670	-	-	314

Total da Carteira	11.581.403	11.590.654	353.670	105.211	1.740.394	9.391.379
-------------------	------------	------------	---------	---------	-----------	-----------

(1) Inclui R\$ 3.895 de marcação dos títulos reclassificados da categoria "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes" para "custo amortizado".

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, voltadas tanto às suas próprias necessidades quanto às de seus clientes. Essas operações têm como objetivo principal reduzir a exposição a riscos relacionados a mercado, moeda e taxas de juros. O gerenciamento desses riscos é feito por meio da definição de limites e da adoção de estratégias específicas, conforme detalhado na Nota 7.

b1. Instrumentos Financeiros Derivativos por indexador

	Banco			Consolidado		
	2025			2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Contrato de Swap						
Ativo	983.068	11.524	80.220	983.068	11.524	80.220
Juros	797.554	9.592	78.065	797.554	9.592	78.065
Moeda Estrangeira	175.514	1.951	2.129	175.514	1.951	2.129
Prefixado	10.000	(19)	26	10.000	(19)	26
Passiva	380.830	3.364	(16.310)	380.830	3.364	(16.310)
Juros	5.830	327	(107)	5.830	327	(107)
Moeda Estrangeira	375.000	3.037	(16.203)	375.000	3.037	(16.203)
Contrato de Opções						
Ativo	260.827	3.063	572	260.827	3.063	572
Moeda Estrangeira	260.827	3.063	572	260.827	3.063	572
Passiva	262.291	3.237	(1.492)	262.291	3.237	(1.492)
Moeda Estrangeira	262.291	3.237	(1.492)	262.291	3.237	(1.492)
Contrato de Termo						
Ativo	4.030.901	59.004	62.614	4.030.901	59.004	62.614
Moeda Estrangeira	2.630.940	40.123	41.063	2.630.940	40.123	41.063
Prefixado	1.364.238	16.826	19.530	1.364.238	16.826	19.530
Commodities	35.723	2.055	2.021	35.723	2.055	2.021
Passiva	2.524.200	71.816	(75.195)	2.524.200	71.816	(75.195)
Moeda Estrangeira	1.835.923	56.264	(60.627)	1.835.923	56.264	(60.627)
Prefixado	601.612	11.093	(10.173)	601.612	11.093	(10.173)
Commodities	86.665	4.459	(4.395)	86.665	4.459	(4.395)
Contratos de Câmbio						
Ativo	44.383	-	581	44.383	-	581
Moeda Estrangeira	44.383	-	581	44.383	-	581
Passiva	55.856	-	(57)	55.856	-	(57)
Moeda Estrangeira	55.856	-	(57)	55.856	-	(57)

	Banco			Consolidado		
	2025			2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Outros Instrumentos Financeiros						
Ativo	-	-	1.329	-	-	14.963
Outros	-	-	1.329	-	-	14.963
Passiva	-	-	26	-	-	26
Outros	-	-	26	-	-	26
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Ativa	5.319.179	73.591	145.316	5.319.179	73.591	158.950
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Passiva	3.223.177	78.417	(93.028)	3.223.177	78.417	(93.028)

b2. Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação Patrimoniais, por vencimento

	Banco e Consolidado		
	2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Contratos de Futuros			
Ativo	4.644.085	-	-
Commodities	546	-	-
Moeda Estrangeira	1.859.087	-	-
Juros	2.784.452	-	-
Passiva	5.807.233	-	-
Commodities	73.286	-	-
Moeda Estrangeira	3.843.677	-	-
Juros	1.890.270	-	-

	Banco				Consolidado			
	2025				2025			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição ativa	59.442	11.411	74.463	145.316	61.081	20.678	77.191	158.950
Contratos a Termo	51.528	9.146	1.940	62.614	51.528	9.146	1.940	62.614
Contratos de Opções	-	-	572	572	-	-	572	572
Contratos de Swap	6.608	1.663	71.949	80.220	6.608	1.663	71.949	80.220
Contratos de Câmbio	581	-	-	581	581	-	-	581
Outros	725	602	2	1.329	2.364	9.869	2.730	14.963
Posição passiva	(40.944)	(29.501)	(22.583)	(93.028)	(40.944)	(29.501)	(22.583)	93.028
Contratos a Termo	(40.636)	(29.395)	(5.164)	(75.195)	(40.636)	(29.395)	(5.164)	(75.195)
Contratos de Opções	-	-	(1.492)	(1.492)	-	-	(1.492)	(1.492)
Contratos de Swap	(277)	(106)	(15.927)	(16.310)	(277)	(106)	(15.927)	(16.310)
Contratos de Câmbio	(57)	-	-	(57)	(57)	-	-	(57)
Outros	26	-	-	26	26	-	-	26

	Banco e Consolidado			
	2025			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Valor de referência - Compensação	11.859.201	2.622.677	4.511.796	18.993.674
Contratos a Termo	5.494.646	840.483	219.972	6.555.101
Contratos de Futuros	5.384.122	1.689.667	3.377.529	10.451.318
Contratos de Opções	501.108	-	22.010	523.118
Contratos de Swap	379.086	92.527	892.285	1.363.898
Contratos de Câmbio	100.239	-	-	100.239

b3. Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte e Mercado de Negociação

				Banco e Consolidado
				2025
	Swap	Opções	Futuros	Contratos a Termo
B3	-	-	10.375.744	-
Bolsas no exterior	-	-	75.574	-
Bolsas	-	-	10.451.318	-
Instituições Financeiras	60.000	-	-	-
Empresas	1.140.713	523.118	-	6.508.293
Partes Relacionadas	163.185	-	-	46.808
Balcão	1.363.898	523.118	-	6.555.101
Total	1.363.898	523.118	10.451.318	6.555.101

b4. Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

		Banco e Consolidado
		Valor de Mercado
		2025
Título		904.377
LFT - Letra financeira do tesouro		139.323
NTN - Notas do tesouro nacional		742.436
CDI - Certificado de depósitos interbancário		22.618
Recursos em espécie		29.857
Moeda estrangeira		29.857
Cotas de fundo de investimento		42.416
Fundo de Investimento B3		42.416

c. Estrutura de hedge accounting

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, as operações classificadas como "hedge" são realizadas com instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura previstas. Tais operações são classificadas como "hedge de risco de mercado" quando visam compensar variações no valor de mercado, ou como "hedge de fluxo de caixa" quando têm por finalidade compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição.

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, um instrumento de "hedge" é considerado efetivo quando as variações no seu valor de mercado ou no fluxo de caixa compensam, em intervalo entre 80% e 125%, as variações correspondentes do item objeto de "hedge".

A efetividade da estrutura de "hedge" é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas em comitê de gestão de risco. A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2025 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo Bacen.

		Banco e Consolidado
		2025
Ativo		Valor de mercado
Objeto		1.533.333
Títulos no exterior		1.533.333
Instrumento		1.591.590
Futuro de cupom de cambial DDI		1.591.590

		Banco e Consolidado
		2025
Passivo		Valor de mercado
Objeto		389.906
Captações locais		389.906
Instrumento		392.112
Futuro de taxa média de DI		392.112

7. GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Fibra mantém uma estrutura formal de gerenciamento de riscos e de capital, orientada por diretrizes definidas em políticas internas.

O Conselho de Administração do Banco Fibra desempenha papel fundamental na estrutura de gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, evidenciando, assim, a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de gestão de riscos, sob responsabilidade da Diretoria de Riscos, Capital e Contabilidade, conduz o monitoramento e o controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático. A integração desses riscos ocorre no Comitê de Gestão de Riscos, reunião no qual são tratados os temas relevantes, permitindo uma visão abrangente e alinhada, com compartilhamento de informações e fortalecimento das políticas voltadas à proteção do capital da Instituição.

O gerenciamento de capital consiste em um processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, considerando tanto os principais riscos aos quais está exposto quanto seus objetivos estratégicos.

O plano de capital é elaborado anualmente, levando em conta o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações e os produtos e serviços ofertados, bem como a exposição a riscos inerentes à atividade financeira. O documento contempla um horizonte de três anos e inclui projeções de resultados, participação de mercado, composição de ativos e passivos e alocação de resultados.

A estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da Instituição em relação ao cumprimento de seu plano estratégico. Essa análise contempla os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como simulações de eventos severos que possam impactá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, sendo utilizado no processo decisório de negócios e reportado ao Comitê de Gestão de Riscos (CGR) e ao Conselho de Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade do tomador cumprir suas obrigações nos prazos e condições contratados, bem como à redução de receitas, aos custos de recuperação e à eventual desvalorização dos contratos de crédito.

O Banco Fibra adota como princípio a implementação de políticas e metodologias que assegurem a gestão eficiente dos limites de risco, a adequada precificação das operações e o acompanhamento da carteira, visando maximizar resultados e garantir a remuneração apropriada do capital alocado.

Os sistemas da Instituição são projetados para avaliar solicitações de crédito com base em informações de mercado, histórico dos clientes, políticas internas, ferramentas de pontuação e mecanismos de prevenção a fraudes. Esses sistemas permitem a segmentação da análise de risco por região geográfica, setor econômico e classificação de risco.

Classificação do risco de crédito - Rating

Rating é entendido como a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis, da capacidade de cada tomador de saldar adequadamente seus compromissos financeiros.

O processo de classificação de rating considera métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos, com o objetivo de refletir a capacidade de pagamento do tomador em determinado horizonte de tempo e identificar alterações na qualidade creditícia da contraparte que possam impactar sua probabilidade de inadimplência.

O provisionamento é realizado com base no rating atribuído a cada operação, considerando o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b. Riscos de mercado e liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de oscilações nos valores de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Instituição, tais como variações cambiais, de taxas de juros, preços de ações, mercadorias, entre outros.

O Banco Fibra tem como foco a geração recorrente de resultados provenientes da área Comercial, por meio da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a Tesouraria atua no suporte à área Comercial, viabilizando os recursos financeiros (*funding*) necessários, gerenciando os riscos de suas posições e operando de forma conservadora nas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme os critérios estabelecidos pela regulação vigente. Os limites são definidos por carteira (negociação e bancária) e o seu rompimento aciona medidas que podem envolver decisões de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: É composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, incluindo derivativos, que são mantidos com a intenção de negociação.

Carteira bancária: Caracteriza-se, predominantemente, por operações oriundas das atividades típicas do negócio bancário, voltadas à gestão do balanço patrimonial da instituição. Essas operações são realizadas sem a intenção de negociação e possuem horizonte de médio a longo prazo. Seu objetivo principal é atender às necessidades de crédito aos clientes e oferecer soluções financeiras, contribuindo para a geração de valor e o fortalecimento do relacionamento institucional.

• **Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade consiste em uma metodologia de teste de estresse utilizada para avaliar os impactos decorrentes de variações em parâmetros específicos relevantes sobre o capital, a liquidez ou o valor dos portfólios da instituição.

O quadro a seguir apresenta os resultados da análise de sensibilidade aplicada às operações com instrumentos financeiros das carteiras de negociação e bancária, que expõem a instituição a riscos de mercado, tais como variações cambiais, de taxas de juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, foram aplicados choques nas variáveis de mercado, considerando a data base de 31 de dezembro de 2025.

	2025		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fator de risco	Valor	Valor	Valor
Pré	1.289	(745)	(659)
Cupom de moedas	3.655	(2.831)	1.539
Cupom de inflação	1.154	(491)	(852)
Moedas	(1.091)	780	-
Volatilidade	837	(450)	-
Total	5.844	(3.737)	28

Cenário 01: Considera como premissas uma elevação significativa nas taxas de juros e a desvalorização da moeda local.

Cenário 02: Adota como premissas a redução nas taxas de juros e a valorização da moeda local.

Cenário 03: Pressupõe um movimento de achatamento (*flattener*) nas curvas de juros.

Os cenários acima possuem aprovação do Comitê de Risco da Instituição.

c. **Riscos de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não conseguir honrar, de forma eficiente, suas obrigações de pagamento, esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem incorrer em perdas significativas ou impactos adversos em suas operações diárias.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco Fibra é conduzido por estruturas específicas, respaldadas por uma governança robusta, procedimentos formalizados e ferramentas adequadas, com o objetivo de assegurar a manutenção da liquidez em níveis saudáveis e sustentáveis.

A gestão do risco de liquidez, integrada aos demais riscos relevantes, está alinhada às diretrizes estratégicas da Instituição, bem como às decisões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Para garantir níveis adequados de liquidez, especialmente em cenários adversos (stress), o Banco realiza monitoramentos contínuos, reportes periódicos e controle rigoroso de limites, conforme descrito a seguir:

- Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCP): Avalia a suficiência dos ativos líquidos de alta qualidade do conglomerado prudencial para suportar uma saída extrema de recursos em um horizonte de 21 dias úteis, conforme premissas estabelecidas pelo CGR.
- Survival Period*: Reflete a capacidade de resistência da Instituição ao longo da projeção de caixa sob estresse, considerando o fluxo de pagamentos e recebimentos previstos. Essa métrica incorpora o rating das contrapartes, que sintetiza aspectos de risco de crédito, socioambientais e climáticos, além da renovação de captações estressadas e impactos decorrentes de oscilações de preços de mercado.

d. **Risco socioambiental**

• **Sustentabilidade**

Ao longo do exercício de 2025, o Banco Fibra deu continuidade ao seu Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, que conta com iniciativas específicas relacionadas aos temas Ambiental, Social e de Governança (ESG). A definição do planejamento, orientada por uma Matriz de Materialidade, foi realizada em conjunto com o Comitê Executivo e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25/03/2025, cujo escopo alinhado à estratégia de sustentabilidade de negócios do Banco. A execução das ações é monitorada pela área de Compliance & Sustentabilidade, com reportes periódicos nos referido fóruns.

O Planejamento Estratégico de Sustentabilidade contemplou iniciativas nas áreas de governança corporativa, estratégia institucional, transparência, gestão de riscos e integridade. Além disso, incluiu ações específicas voltadas à promoção da Diversidade e Inclusão (D&I), com a implementação de medidas afirmativas previstas para o ano de 2025.

Destacaram-se neste contexto, a publicação do Inventário de Emissões Diretas de Carbono para o ano de 2024, com obtenção do Selo Ouro GHG Protocol, o lançamento do novo Programa de Estágio Afirmativo – Mulheres Negras e suas interseccionalidades, a realização da Semana de Compliance, o lançamento da nova página do Programa de Integridade do Fibra, disponível em https://bancofibra.com.br/programa_integridade/, além da conquista das Certificações ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno e ISO 37301 - Sistema de Gestão de Compliance.

Com o objetivo de assegurar a transparência na execução do Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, o Banco realiza a divulgação periódica de suas ações aos colaboradores, clientes, parceiros de negócios e demais públicos de interesse. Essa comunicação é feita por meio de divulgação das ações em nossos canais institucionais, redes sociais, bem como páginas em no site corporativo dedicados aos temas de sustentabilidade, reforçando o engajamento com melhores práticas sustentáveis, alinhamento à cultura organizacional e aderência regulatória. Maior detalhamento sobre nossas ações, podem ser encontradas na página institucional de Sustentabilidade do Fibra disponível em <https://bancofibra.com.br/sustentabilidade/> Já os reconhecimentos e compromissos na agenda de sustentabilidade estão disponíveis em https://bancofibra.com.br/nossos_compromissos/

• Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece os princípios, estratégias e diretrizes a serem observados na condução dos negócios, atividades e processos do Banco Fibra, bem como no relacionamento com suas partes interessadas. Essa política está plenamente alinhada ao posicionamento institucional da companhia em relação às questões ESG.

A avaliação dos riscos social, ambiental e climático integra o processo de aceitação e renovação de clientes e fornecedores relevantes, por meio da análise do compromisso e da capacidade desses agentes em prevenir, mitigar e gerir os impactos decorrentes de suas atividades. Ao final do processo, é atribuído um Rating RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático) para os clientes elegíveis e fornecedores relevantes.

Esse mecanismo contribui para a robustez da estrutura de gerenciamento integrado de riscos da instituição, compondo uma dimensão específica na matriz de Appetite a Risco (RAS), acompanhada periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão dos riscos social, ambiental e climático está integrada aos demais riscos aos quais o Banco está exposto, tais como: como crédito, mercado, IRRBB, liquidez e operacional, permitindo sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação por meio do Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR).

e. Risco operacional

No Banco Fibra, o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas, sistemas ou controles internos da instituição, bem como de eventos externos.

A estrutura de Gestão de Risco Operacional adota um modelo único em todo o Banco, voltado para o mapeamento de processos, identificação e avaliação de riscos e controles, além da análise da eficácia do ambiente de controles internos. Essa estrutura é responsável pela elaboração e execução de testes periódicos de efetividade dos controles, bem como pela proposição de planos de ação para mitigação de riscos cuja avaliação exceda os níveis definidos pelo Banco.

Cada área de negócio recebe os mecanismos necessários para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos relacionados ao risco operacional, além de iniciativas voltadas à disseminação da cultura de controles internos.

Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados periodicamente aos Comitês de Auditoria e GCR, que se manifestam formalmente sobre as ações corretivas a serem implementadas, visando à pronta resolução das principais deficiências identificadas.

As recomendações de melhorias resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades claramente definidos. A responsabilidade primária pela implementação dos controles de mitigação é atribuída às equipes de primeira linha, com apoio da segunda linha, representada pela estrutura de Controles Internos e Risco Operacional.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

Em conformidade com os requisitos regulatórios, o Banco Fibra mantém processos abrangentes que contemplam políticas institucionais, procedimentos, sistemas, planos de contingência e continuidade de negócios, com o objetivo de mitigar a ocorrência de eventos indesejáveis.

O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) do Banco Fibra adota uma abordagem estruturada e colaborativa para resposta a emergências e interrupções operacionais. São utilizados recursos e processos devidamente documentados, com o objetivo de minimizar impactos e garantir a retomada das atividades críticas dentro de prazos e condições adequadas.

A coordenação da Gestão da Continuidade do Negócio é centralizada na Governança de Segurança da Informação, que apoia as áreas de negócio na identificação de processos, pessoas e recursos essenciais cuja recuperação deve ser priorizada em caso de interrupções. As deliberações relacionadas ao PCN são conduzidas por comitês específicos, conforme demanda institucional.

Periodicamente, são realizados Testes de Continuidade de Negócios para avaliar a eficácia dos procedimentos de recuperação e assegurar sua aderência aos objetivos estratégicos da organização.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição da carteira por produto

	Banco e Consolidado 2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	
Operações de crédito	2.354.153
Empréstimos e Títulos Descontados	1.398.947
Financiamentos	672.960
Financiamentos rurais e agroindustriais	282.246
Outros créditos com característica de concessão de crédito	4.879.992
Títulos e créditos a receber	4.683.959
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	196.033
Carteira de crédito (Nota 10.a)	7.234.145
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾ (Nota 10.a)	1.226.683
Total da carteira	8.460.828

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(1) As garantias financeiras prestadas, contabilizadas em contas de compensação, são compostas da seguinte forma:

	Banco e Consolidado 2025
Fianças prestadas a clientes	1.161.469
Créditos abertos para importação	65.214
Total	1.226.683

b. Por vencimento

	Banco e Consolidado				
	Operações em curso normal			Em curso anormal	2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	maior de 12 meses	Vencidos	Total
Operações de crédito	914.589	624.717	775.243	39.604	2.354.153
Outros créditos com característica de concessão de crédito	4.563.368	279.077	-	37.547	4.879.992
Garantias financeiras prestadas	288.475	709.681	105.065	123.462	1.226.683
Total	5.766.432	1.613.475	880.308	200.613	8.460.828

c. Composição por ramo de atividade

	Banco e Consolidado 2025
Indústria	4.597.411
Comércio	1.018.108
Intermediários financeiros	1.685.642
Serviços	875.726
Habitação	181.782
Pessoas físicas	55.838
Rurais	46.321
Total da carteira	8.460.828

d. Concentrações dos riscos de crédito

	Banco e Consolidado 2025
Principal devedor	1.969.214
2º ao 10º maiores devedores	1.123.008
11º ao 20º maiores devedores	727.436
21º ao 50º maiores devedores	1.235.100
51º ao 100º maiores devedores	926.785
Demais devedores	2.479.285
Total da carteira	8.460.828

e. Cessão de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve cessão de crédito da carteira ativa.

f. Operações ativas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2025, não houve operações vinculadas ativas.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banco	Consolidado
	2025	2025
Depósitos em garantia ⁽¹⁾	690.151	690.151
Valores a receber ⁽²⁾	282.997	315.762
Negociação e intermediação de valores	124.721	124.721
Impostos a compensar	36.924	37.836
Comissões de fianças a receber	11.422	11.541
Relações interfinanceiras e interdependências	7.359	7.359
Título de crédito a receber ⁽³⁾	1.885	1.885
Direitos Creditórios Oriundos de Ações Judiciais	1.151	1.151
Total	1.156.610	1.190.406
Circulante	196.869	198.376
Não circulante	959.741	992.030

(1) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (Nota 24.c).
(2) Refere-se substancialmente a venda de BNDU.
(3) Refere-se a recebível vencido.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a. Composição do saldo da carteira e das perdas esperadas dos ativos financeiros por estágio

	Banco e Consolidado			2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	7.019.577	7.362	207.206	7.234.145
Garantias financeiras prestadas (Nota 8)	1.204.181	20.874	1.628	1.226.683
Títulos com risco de crédito	3.486.469	35.428	199.092	3.720.989
Outros Ativos Financeiros	45.641	-	-	45.641
Total de Ativos Financeiros	11.755.868	63.664	407.926	12.227.458

b. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

	Banco e Consolidado			2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito	19.068	396	111.283	130.747
Títulos com risco de crédito	6.832	29	139.892	146.753
Outros Ativos Financeiros	50	-	-	50
Total	25.950	425	251.175	277.550
Garantias financeiras prestadas (Nota 20.a)	1.114	56	59	1.229
Total	1.114	56	59	1.229

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Banco e Consolidado			2025
Estágios 1 - 2 - 3	1º	2º	3º	Total
Saldos inicial do período	30.088	2.672	300.606	333.366
Migração de estágio de:				
Migração de 1 para 2	(148)	164	-	16
Migração de 1 para 3	(4.444)	-	49.169	44.725
Migração de 2 para 1	29	(44)	-	(15)
Ativos originados ⁽¹⁾	21.658	284	90.350	112.292
Ativos liquidados e créditos compensados como prejuízo	(20.119)	(2.595)	(188.891)	(211.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.064	481	251.234	278.779

⁽¹⁾ Considera-se os ativos financeiros que não sofreram migração de estágio e novas operações no exercício.

O saldo dos créditos renegociados no exercício foi de R\$ 167.082.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$ 26.594.

11. COMPOSIÇÃO DE OUTROS ATIVOS

	Banco	Consolidado
	2025	2025
Bens não de uso	341.186	341.186
Imóveis	344.014	344.014
Veículos	933	933
Outros	348	348
Provisão por desvalorização	(4.109)	(4.109)
Despesas antecipadas	63.151	133.815
Comissões de CDB/LCA/LCI/LF	40.446	40.446
Licenças de uso	5.706	5.706
Seguro	4.172	4.196
Adiantamento e antecipações salariais	3.388	3.398
Outras	9.439	80.069
Total	404.337	475.001
Circulante	354.147	354.208
Não circulante	50.190	120.793

12. INVESTIMENTOS

a. Participações em controladas

		Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no exercício	Banco
				2025
Empresas	Participação			Valor do investimento
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	99,999%	2.312	(2.225)	2.312
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	100,00%	1.220	106	1.220
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	99,999%	24.156	22.156	24.156
Fibra Comercializadora de Energia Ltda. ⁽¹⁾	99,999%	106.437	20.618	106.437
Total		134.125	40.655	134.125

a. Influência Significativa

		Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no exercício	Banco e Consolidado
				2025
Empresas	Participação			Valor do investimento
Núclea S.A	0,601%	11.062	3.818	11.062
Total		11.062	3.818	11.062

c. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível:

		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Banco e Consolidado
						2025
						Saldo final
Processamento de dados ⁽¹⁾	26.174	10.925	(216)	(9.303)		27.580
Licenças e direitos de uso	383	-	-	(142)		241
Total	26.557	10.925	(216)	(9.445)		27.821

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

d. Redução ao valor recuperável dos ativos - CPC 01

Em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram baixas por *impairment*.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Ao final do exercício de 2025, o resultado apurado pela agência de Cayman foi de R\$ 40.354. O efeito da variação cambial do patrimônio líquido da agência, registrado no Banco Fibra, foi de uma despesa de R\$ 21.783.
O montante relativo a variações cambiais reconhecido no exercício de 2025 foi uma receita de R\$ 256.

Fibra Cayman	2025		
	Partes relacionadas	Terceiros	Total
ATIVO			
Disponibilidades	-	5.855	5.855
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	2.967.926	1.522.780	4.490.706
Títulos e valores mobiliários (Nota 6.a)	-	1.537.538	1.537.538
Operações de crédito	2.967.926	53	2.967.979
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	-	(37.446)	(37.446)
Outros ativos	-	22.635	22.635
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	26.281	31.780	58.061
Títulos e valores mobiliários (Nota 25.a)	26.281	31.780	58.061
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	314	314
Títulos e valores mobiliários	-	314	314
TOTAL DO ATIVO	2.994.207	1.560.729	4.554.936
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado			
Depósitos à vista	-	7.565	7.565
Depósitos a prazo	-	3.208.664	3.208.664
Operações compromissadas	-	1.200.363	1.200.363
Outras obrigações	-	1.956	1.956
TOTAL DO PASSIVO	-	4.418.548	4.418.548
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	136.388	136.388
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	4.554.936	4.554.936

14. DEPÓSITOS

	Banco						2025
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos à vista ⁽¹⁾	525.902	-	-	-	-	-	525.902
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	1.339	55.692	57.031
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	2.979.828	1.472.538	1.028.327	1.109.284	6.258.850	12.848.827
Total	525.902	2.979.828	1.472.538	1.028.327	1.110.623	6.314.542	13.431.760

	Consolidado						2025
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos à vista ⁽¹⁾	516.814	-	-	-	-	-	516.814
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	1.339	55.692	57.031
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	2.979.828	1.471.726	1.024.470	1.109.284	6.236.399	12.821.707
Total	516.814	2.979.828	1.471.726	1.024.470	1.110.623	6.292.091	13.395.552

(1) Estas rubricas incluem o saldo de R\$ 7.565 em depósitos à vista e R\$ 3.208.664 em depósitos a prazo, captados por meio da agência de Cayman, registrados em moeda estrangeira (Nota 13).

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra.

	Banco e Consolidado 2025
NTN - Notas do tesouro nacional	3.649.997
LTN - Letras do tesouro nacional	61.602
Debêntures	609.988
LF - Letra Financeira	44.850
Títulos no exterior	1.200.362
Total de carteira própria	5.566.799
Circulante	5.566.799
Não circulante	-

16. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banco e Consolidado					2025
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
LCA - Letras de créditos do agronegócio ⁽¹⁾	41.149	24.482	79.442	56.402	166.275	367.750
LF - Letras financeiras ⁽²⁾	-	183	358	8.227	50.754	59.522
LCI - Letras de créditos imobiliária ⁽³⁾	228	566	-	-	-	794
Total	41.377	25.231	79.800	64.629	217.029	428.066

As operações de LCA são lastreadas com operações ativas do Banco.
Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:
(1) LCA com taxas que variam de 78,5% a 115% do CDI ou IPCA e taxas pré de 9,23% a 15,30% a.a.
(2) LF à taxa de 100% a 107% do CDI ou IPCA e taxas pré de 12,98% a 12,87% a.a.
(3) LCI à taxa de 113% do CDI a.a.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E REPASSES NO PAÍS

As obrigações por repasses do país são representadas por captações via Funcafé e corrigidas por juros pré-fixado de 8,0% a.a. até o vencimento e pela Selic do vencimento até a data do repasse ao Ministério.

	Banco e Consolidado					2025
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Funcafé	-	-	5.198	201.009	34.311	240.518
Finame	-	-	336	-	30.366	30.702
Empréstimos no exterior	12.630	186.124	-	42.403	-	241.157
Total	12.630	186.124	5.534	243.412	64.677	512.377

18. DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

Papel	Emissão	Remuneração	Banco e Consolidado		
			Vencimento	Saldo em reais	Capital nível II
Letras Financeiras	2022	16,79%	2034 até 2037	101.408	101.408
	2024	4,30%	2034	19.024	19.024
	2024	17,73% a 19,70%	2034 até 2039	36.597	36.597
	2025	4,30%	2035	24.768	24.768
	2025	18,60%	2040	3.959	3.959
Total				185.756	185.756

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Banco e Consolidado
	2025
Relações interfinanceiras e interdependências	17
Negociação e intermediação de valores	5.278
Cobrança e Arrecadação de Tributos	10.517
Obrigações em moeda estrangeira	178.841
Total	194.653
Circulante	194.652
Não circulante	1

20. OUTROS PASSIVOS

a. Provisões

	Banco	Consolidado
	2025	2025
Provisões para contingências fiscais (Nota 24.e)	529.188	529.188
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 24.e)	51.609	51.609
Provisões sobre participações no resultado	24.100	24.100
Provisão sobre comissão	12.158	12.158
Provisões para pagamentos a efetuar	11.425	33.419
Provisões para contingências cíveis (Nota 24.e)	2.017	2.025
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 10.b)	1.229	1.229
Total	631.726	653.728
Circulante	45.557	66.441
Não circulante	586.169	587.287

b. Obrigações fiscais diferidas

	Banco	Consolidado
	2025	2025
Obrigações fiscais diferidas	29.798	34.004
Circulante	-	-
Não circulante	29.798	34.004

c. Outras passivos

	Banco	Consolidado
	2025	2025
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro	26.593	27.979
Impostos e contribuições a recolher	13.163	15.109
Outros passivos	2.715	2.715
Credores diversos - país	852	888
Total	43.323	46.691
Circulante	38.183	40.289
Não circulante	5.140	6.402

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. No exercício de 2025 foi constituído o montante de R\$ 7.677.

c. Dividendos

Em 21 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração, aprovou a distribuição e pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 9 milhões. Estes dividendos foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a. Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2º semestre /2025	Exercício/2025	2º semestre /2025	Exercício/2025
Despesas de processamento de dados	17.756	37.417	18.002	37.818
Despesas de serviços técnicos especializados	10.912	17.706	11.301	18.523
Despesas de serviço de terceiros	5.213	14.217	6.718	16.223
Despesas de serviços sistema financeiro	5.622	10.801	5.647	10.833
Despesas de honorários	4.308	9.495	5.016	11.405
Despesas de amortização (Nota 12.c)	4.636	9.445	4.636	9.445
Despesas de aluguéis	2.821	5.325	2.827	5.336
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.039	3.739	2.049	3.759
Despesas de comunicação	1.666	2.861	1.670	2.869
Despesas de depreciação	829	1.668	832	1.674
Despesas de seguros	822	1.424	844	1.472
Impostos e taxas	292	609	301	619
Outras despesas administrativas	4.076	6.099	4.256	6.479
Total	60.992	120.806	64.099	126.455

b. Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º semestre /2025	Exercício/2025	2º semestre /2025	Exercício/2025
Cessão de recebíveis	248.122	509.542	248.122	509.542
Atualização monetária	23.817	45.087	23.845	45.119
Reversão de contingências cíveis/trabalhistas	1.119	2.037	1.127	2.045
Outras receitas operacionais	7.536	9.101	132.437	134.019
Total	280.594	565.767	405.531	690.725

c. Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º semestre /2025	Exercício/2025	2º semestre /2025	Exercício/2025
Variação cambial	38.784	70.879	38.784	70.879
Despesas de contingências	16.516	31.117	16.516	31.111
Pagamento de indenizações cíveis	1.999	8.723	2.011	8.735
Custas processuais	2.984	4.792	2.984	4.792
Desconto concedido	2.632	3.850	2.632	3.850
Despesas de atualização monetária	51	100	51	103
Outras despesas operacionais	7.480	10.399	119.314	122.237
Total	70.446	129.860	182.292	241.707

d. Resultado não operacional

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo, que totaliza R\$ 112,8 milhões, é composto principalmente pelo ganho de R\$ 75,0 milhões decorrente da cessão definitiva, sem coobrigação, de uma ação tributária (*Legal Claim*) a uma entidade sem qualquer relacionamento com o Banco Fibra ou suas partes relacionadas. Além disso, inclui os resultados provenientes da alienação e do aluguel de Bens Não de Uso (BNDU), bem como a provisão para desvalorização desses ativos.

23. TRIBUTOS

a. Composição das despesas com impostos e contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	Banco			Consolidado		
	2025			2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	144.999	144.999	144.999	141.382	141.382	141.382
Encargos - IRPJ - 25% e CSLL - 20%	(36.250)	(29.000)	(65.250)	(35.346)	(28.276)	(63.622)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	44.037	29.753	73.790	45.816	29.997	75.812
Participações em controladas	10.164	8.131	18.295	-	-	-
Participação de outros investimentos	954	765	1.718	954	765	1.718
Resultados do Exterior	(1.779)	(1.423)	(3.202)	(1.779)	(1.423)	(3.202)
Despesas não dedutíveis / Receitas não tributáveis - Perma	28.122	22.498	50.620	28.042	22.468	50.510
Diferença de Alíquota entre empresas	-	-	-	8	4.078	4.086
IRRF a compensar - Exterior	6.847	-	6.847	6.847	-	6.847
Outros	(271)	(218)	(488)	11.744	4.109	15.853
Imposto de renda e contribuição social	7.787	753	8.540	10.470	1.721	12.190
Consolidação IRRF - Exterior	(6.847)	-	(6.847)	(6.847)	-	(6.847)
Imposto de renda e contribuição social	940	753	1.693	3.623	1.721	5.343

(1) Refere-se à atualização monetária sobre depósitos judiciais de 2025, bem como à cessão da Ação Tributária relacionada à atualização monetária desses depósitos no período de 2020 a 2024, sobre os quais não incide IRPJ e CSLL.

b. Créditos tributários

I - Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em “Ativos fiscais diferidos”, tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto, no mínimo semestralmente.

O estudo foi atualizado também para 31 de dezembro de 2025, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Continua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

	Banco			
	2024	Constituição	(Realização)	2025
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	823.143	228.931	(159.709)	892.365
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	522.538	139.444	(89.883)	572.099
Provisão para perdas esperada Res. CMN 4.966	-	36.917	-	36.917
Provisão para contingências trabalhistas	23.896	1.407	(2.079)	23.224
Provisão para contingências cíveis	721	285	(265)	741
Provisão para contingências tributárias	224.396	13.738	-	238.134
Ajuste marcação a mercado	28.685	6.755	(26.337)	9.103
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.391	574	(9.116)	1.849
Outras	12.516	29.811	(32.029)	10.298
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	317.474	-	(17.711)	299.763
Total de créditos tributários	1.140.617	228.931	(177.420)	1.192.128
Obrigações diferidas (Nota 20.b)	(44.555)	(190.182)	204.939	(29.798)
Créditos tributários líquidos	1.096.062	38.749	27.519	1.162.330

	Consolidado			
	2024	Constituição	(Realização)	2025
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	823.143	228.931	(159.708)	892.366
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	522.538	139.444	(89.883)	572.099
Provisão para perdas esperada Res. CMN 4.966	-	36.917	-	36.917
Provisão para contingências trabalhistas	23.896	1.407	(2.079)	23.224
Provisão para contingências cíveis	721	285	(265)	741
Provisão para contingências tributárias	224.396	13.738	-	238.134
Ajuste marcação a mercado	28.685	6.755	(26.337)	9.103
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.391	574	(9.116)	1.849
Outras	12.516	29.811	(32.028)	10.299
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	317.874	12.891	(18.622)	312.143
Total de créditos tributários	1.141.017	241.822	(178.330)	1.204.509
Obrigações diferidas (Nota 20.b)	(44.555)	(194.388)	204.939	(34.004)
Créditos tributários líquidos	1.096.462	47.434	26.609	1.170.505

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas na data do balanço.

Ano de realização	Banco
	2025
2026	368.655
2027	105.083
2028	76.159
2029	82.737
2030	91.866
2031	103.269
2032	116.530
2033	131.882
2034	63.044
2035	52.903
Total	1.192.128
Valor presente	817.627

Créditos tributários não ativados:

III – Em 31 de dezembro de 2025, o Consolidado do Banco Fibra apresentava prejuízos fiscais no montante de R\$ 2.665, para os quais não foram reconhecidos créditos tributários, correspondentes a R\$ 906 no Consolidado.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 699 para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 1.326, quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2025. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 51.609.

c. Passivos de natureza fiscal

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95, conforme segue respectivamente: (i) PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços e, por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "f" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 467.854; e (ii) COFINS: Mandado de Segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços; e (iii) Mandado de Segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 61.736, e cujo mérito da exigência se encontra em debate no Mandado de Segurança nº 2006.61.00.014235-1.

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 637.800, sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões:

- a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 44.922;
- b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 2.719;
- c) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 1.735;
- d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 129.723;
- e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 14.339;
- f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 13.161;
- g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 20.523;
- h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 200.514;
- i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 20.166;
- j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 28.048;
- k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 96.640;
- l) Glosa de amortização de ágio apropriada de 2016 a 2019 no valor de R\$ 59.948;
- m) Autos de infração cobrando multa isolada de 50% decorrentes de valor de lançamento de ofício por ausência de pagamentos mensais por estimativa de IRPJ e CSLL de 2019 e 2020, sob a alegação de o Banco ter realizado adições ao seu lucro líquido em função de aplicação de regras de subcapitalização somente ao término do ano calendário, para a apuração do IRPJ e da CSLL propriamente ditos, tendo ignorado seus efeitos nas estimativas mensais de setembro de 2019, janeiro de 2020, fevereiro de 2020 e março de 2020, no valor de R\$ 1.774;
- n) Autos de infração por indeferimento de pedido de PER/DCOMP no qual o Banco solicitou compensação de saldo negativo de CSLL e IRPJ apurado no ano de 2016 com débitos próprios, sendo parcela do saldo negativo decorrentes de IR/fonte retido no Brasil sobre remessa de juros à filial de Cayman dos anos de 2012 a 2014, no valor de R\$ 3.588.

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Consolidado			
	2024	Constituição	Realização	2025
Processos cíveis	1.953	675	(603)	2.025
Processos trabalhistas	53.103	2.939	(4.433)	51.609
Processos fiscais	498.658	30.530	-	529.188
Total (Nota 20.a)	553.714	34.144	(5.036)	582.822

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 31 de dezembro é de R\$ 4.961. O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Partes Relacionadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. As operações entre as empresas, incluídas na consolidação (Nota 3.a), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Controladas	Prazo até	Remuneração	2025	
			Ativo / Passivo	Receita/ (Despesa)
Valores a receber			6	180
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	6	180
Depósitos				
À Vista			9.088	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	6	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	N/A	N/A	23	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	N/A	N/A	2.495	-
Fibra Comercializadora de Energia Ltda	N/A	N/A	6.564	-
A Prazo			27.120	(1.790)
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	mai/26	100% do CDI	1.179	(154)
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	jun/26	100% do CDI	22.722	(1.312)
Fibra Comercializadora de Energia Ltda	mar/27	100% do CDI	990	(170)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	jul/28	100% do CDI	2.229	(154)
Valores a pagar			21	(221)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	21	(221)

Coligadas do Grupo Controlador	Prazo até	Remuneração	2025	
			Ativo / Passivo	Receita/ (Despesa)
Títulos e valores mobiliários			26.281	784
CSN Inova Ventures (Nota 13)	jan/28	6,8%	26.281	784
Finobrasa Agroindustrial S.A.	jun/26	17,6% até 18,8%	35.334	4.034
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	jun/26	17,0% até 17,6%	16.664	1.664
Companhia Siderúrgica Nacional	nov/28	13,8% + 100% CD	6.652	660
Instrumentos financeiros derivativos			17.033	37.719
Vicunha Têxtil S.A.	fev/31	N/A	15.676	34.976
Finobrasa Agroindustrial S.A.	jun/26	N/A	933	1.925
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	jun/26	N/A	424	818
Operações de crédito			24.174	4.598
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	abr/27	17,6% até 18,8%	4.129	894
Taquari Participações S.A.	out/28	4,0%	20.045	3.704
Valores a receber (1)			266.455	28.015
Taquari Participações S.A.			205.106	20.334
Companhia Siderúrgica Nacional			61.349	7.681
(1) Refere-se a valores a receber pela venda de BNDU - Bens não de uso próprio				
Transferências de direitos sem coobrigação			-	80.274
Companhia Siderúrgica Nacional	N/A	N/A	-	80.274
Títulos de dívidas no exterior			1.810.799	2.043
CSN Mineração S.A.	jan/26	4,5%	1.810.799	2.043
Depósitos à vista e a prazo			605.146	(63.282)
Araraquara Agropecuária Ltda.	N/A	N/A	20	-
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	N/A	N/A	2	-
Companhia Siderúrgica Nacional	jun/26	106,5% do CDI	106.200	(20.492)
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	dez/27	105% do CDI	1.018	(4.190)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	N/A	N/A	32	(4.021)
Rio Iaco Participações S.A.	nov/27	105% do CDI	16.640	(1.507)
Pajuçara Confecções S.A.	jun/27	105% do CDI	89	(11)
Rio Purus Participações S.A.	nov/27	105% do CDI	24.263	(3.124)
Taquari Participações S.A.	nov/27	105% do CDI	6.156	(3.465)
Textília S.A.	N/A	N/A	1	-
Vicunha Aços S.A.	dez/27	105% do CDI	3.672	(14.738)
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	N/A	N/A	10	-
Vicunha Imóveis Ltda.	fev/27	105% do CDI	58.326	(365)
Vicunha Serviços Ltda.	N/A	N/A	1	-
Vicunha Steel S.A.	out/27	105% do CDI	992	(45)
Vicunha Têxtil S.A.	mar/26	101% do CDI	387.648	(11.324)
Fazenda Alvorada de Bragança Agro-Pastoril LTDA.	N/A	N/A	76	-

Controladores, acionistas e pessoal chave da administração	Prazo até	Remuneração	2025	
			Ativo / Passivo	Receita/ (Despesa)
Depósitos à vista e a prazo	out/27	22% a 105% do CI	8.795	(663)

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pelo CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 17º e CPC 33 - Benefícios a empregados, ambos, aprovados pelas Resoluções CMN nº 3.921/10 e nº 4.877/20.

	Consolidado 2025
Administradores	
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	15.434
Outros benefícios de longo prazo	12.504
Total	27.938

26. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras devem manter patrimônio de referência mínimo de 10,50% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco (risco de crédito, mercado e operacional). Em 31 de dezembro de 2025 o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 2025
Patrimônio de referência (PR)	1.092.922
Patrimônio de referência exigido (PRE)	817.848
Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾	10.241
Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾	255.577
Margem	9.256

(1) Risco de variação das taxas de juros na carteira bancária. ⁽²⁾ Em 2025, o percentual aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela ACP foi de 2,5%.

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, corresponde a 10,7%.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Benefícios a funcionários

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

b. Acordos para compensação e liquidação de obrigações

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011, o Banco Fibra possui acordo de compensação e liquidação de obrigações envolvendo operações de crédito e derivativos. Esses acordos permitem a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, inclusive com a antecipação dos vencimentos das obrigações na ocorrência de eventos de inadimplência ou falência. Tais mecanismos proporcionam maior segurança e garantia de liquidação financeira, ao possibilitar que, em caso de inadimplência da contraparte, as obrigações de pagamento sejam compensadas entre as partes envolvidas.

28. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2025, não houveram resultados classificados como não recorrente.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da empresa.

Membros da Diretoria Executiva

Arno Schwarz
Andre Cadime de Godoi
Daniel Olivieri Silva
Eduardo Antonelli Carvalho De Souza
Maria Ines Vicente Ferreira Pastori
Paula Bendit David
Sergio Luis Patricio

Contador: José Eduardo Fernandes
CRC 1SP 269858/O

Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução:

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares e exigências legais, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Independente.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, das Auditorias Independente e Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), assegurar a existência de uma estrutura contábil adequada, profissionais qualificados e sistemas confiáveis que viabilizem a adequada elaboração das Demonstrações Financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de ativos e passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, é a responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

Entre julho e dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria do Banco Fibra realizou 09 reuniões, sendo 06 reuniões ordinárias nas quais foram desenvolvidas atividades voltadas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, à suficiência dos sistemas de controles internos e à análise das demonstrações contábeis. Adicionalmente, foram realizadas outras 03 reuniões extraordinárias para discussão de assuntos específicos,

O Comitê de Auditoria acompanha as conclusões de inspeções realizadas por órgãos reguladores, bem como as providências adotadas pela Administração para atendimento dos respectivos apontamentos. Além disso, monitora permanentemente a emissão de novas regulamentações e mantém interlocução com os reguladores por meio de reuniões, sempre que solicitado. Adicionalmente, no exercício de suas atribuições, o Comitê de Auditoria convidou os diretores e representantes das diversas áreas do Conglomerado, com o objetivo de aprofundar suas análises. Destacam-se, dentre os temas tratados, os seguintes:

- O Comitê de Auditoria acompanhou de forma sistemática a implementação da Resolução CMN nº 4.966, vigente desde 1º de janeiro de 2025, a qual introduz novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras. Essa norma abrange aspectos relevantes como a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, além da constituição de provisões para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito.

Esse acompanhamento envolveu a análise do cumprimento dos prazos regulatórios, o monitoramento do cronograma de envio dos Cadocs ao Bacen e a avaliação das adequações sistêmicas realizadas. O objetivo foi verificar a aderência aos requisitos estabelecidos pela Resolução, bem como acompanhar a consistência e a tempestividade das informações contábeis e regulatórias geradas.

- Por solicitação do Comitê, os assuntos de crédito, os assuntos de Tecnologia da Informação (TI) e Segurança da Informação (SI) e os assuntos econômicos são pauta das reuniões do COAUD, de acordo com suas respectivas periodicidades.
- O Comitê foi informado e acompanhou as solicitações do Bacen feitas por ofícios ou auditorias, tais como: Requisição de Informações sobre Cibersegurança, TI e Prevenção a Fraudes; informações sobre a implementação da Res 4.966 etc.
- Acompanhamento de outros itens de cunho operacional julgados relevantes e solicitados pelos membros, que estão descritos em suas respectivas atas.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada quatro anos e realiza trabalhos de auditoria de negócio/operacional, auditorias de sistemas e auditorias contínuas com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos responsáveis pelas respectivas áreas, com a implementação das recomendações sendo monitorada pelo Comitê de Auditoria. Este avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das recomendações, planos de ação e prazos para a resolução das principais fragilidades e deficiências da organização, que foram comunicadas pelas áreas de Auditoria Interna, Compliance e Controles Internos e Riscos Operacionais, que possuem pauta fixa nas reuniões do Comitê. O Comitê considerou adequados os planos de ação apresentados e no âmbito de suas atribuições, vem, por meio da Auditoria Interna, acompanhando a execução deles.

Nesse sentido, durante o segundo semestre de 2025, o Comitê de Auditoria não identificou a necessidade de recomendações formais ao Conselho de Administração.

Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras nos últimos 02 anos.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. O presidente do Comitê participou das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da companhia, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Fibra.

São Paulo, 16 de março de 2026.

Comitê de Auditoria

Sérgio Luís Patrício

Presidente

Carlos Lofrano

Membro independente